



As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo

The changes in equity IPHAN concept and tipping practices in state of Espírito Santo

NUNEZ, Lorraine Oliveira¹

Resumo: A proposta neste artigo é estabelecer uma discussão sobre alguns dos aspectos da trajetória de preservação do patrimônio cultural no Brasil, em especial no que se refere à ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O campo empírico está centrado na análise e recuperação de uma reflexão que auxilie no entendimento de determinadas escolhas de narrativas e como estas foram operadas ao longo do processo de patrimonialização do Espírito Santo. Com esse estudo pretendemos demonstrar os embates, apropriações em torno da categoria “patrimônio” como uma construção social que se transforma com a sociedade e, a partir daí, de que maneiras foram elaboradas concepções de memória, história, passado e cultura por meio de nem sempre estáveis mecanismos de preservação.

Palavras-chave: PATRIMÔNIO CULTURAL, DISCURSO, IDENTIDADE

1. Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Rua Campo Belo, 227, Bairro: Furnas, CEP: 37945-000 São José da Barra/MG Esta pesquisa contou com financiamento CAPES. E-mail: lozinha62@gmail.com

Abstract: The purpose of this article is to establish a discussion about some aspects of the trajectory of cultural heritage preservation in Brazil, particularly regarding the actions of the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN). The empirical field is focused on the analysis and recovery of a reflection that helps in the understanding of certain narrative choices and how they were carried out along the heritagization process on the state of Espírito Santo. With this study we intend to demonstrate the clashes and appropriations around the “heritage” idea as a social construction that changes along with society and, from that point, how the concepts of memory, history, past and culture were elaborated through not always stable self-preservation mechanisms.

KEYWORDS: CULTURAL HERITAGE, ADDRESS, IDENTITY

O conceito de patrimônio moderno não tem muito a ver com o sentido original que possuía: conjunto de bens herdados dos antepassados. Entendia-se, originalmente, que patrimônio era aquilo que se constituía como propriedade de um indivíduo ou família. Porém, em nossa perspectiva, a palavra patrimônio alude a bens e costumes que se transmitem porque se reconhece neles um valor e se lhes atribui uma propriedade coletiva. Ao longo do tempo, e especialmente no século XX, o conceito de patrimônio como herança coletiva tem evoluído e se pode dizer que o patrimônio, mais que um conjunto de bens, é uma construção social (PRATS, 1997). Isso porque é a sociedade, ou seja, nós, quem dá sentido e conteúdo ao patrimônio, reconhecendo determinados edifícios, lugares, objetos, costumes e pessoas como sendo relacionados à nossa identidade coletiva. Porém, para se chegar até essa definição percorreu-se um longo caminho, o qual, em seguida, se tentará resumir.

O termo patrimônio, conforme afirmado anteriormente, procede de uma palavra de origem latina ligada à ideia de propriedade. Segundo Françoise Choay (2006), define-se patrimônio da seguinte maneira: do latim *patrimonium*, herança, bens de família ou *paters familia* que uma pessoa tenha herdado de seus ascendentes. Porém, quando se fala de patrimônio cultural, a referência é feita a bens que não temos porque não somos seus proprietários diretos; ao contrário, falamos de uma propriedade coletiva da sociedade que disfrutamos e, no caso dos brasileiros, de um direito reconhecido na Constituição. Além disso, deve-se recordar que culturas não ocidentais possuem outro conceito para o que é herança comum, e que esta diversidade deve ser respeitada. O patrimônio cultural, portanto, é a herança de uma cultura. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco),

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e no conjunto de valores que dão sentido à vida, quer dizer, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a literatura, as obras de artes e os arquivos e bibliotecas. (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1997, p.01).²

2. Definição elaborada durante a Conferência Mundial da Unesco sobre o Patrimônio Cultural, celebrada no México, no ano de 1982. ICOMOS. Declaração do México (1985). In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Caderno de Documentos, n. 3. Brasília: IPHAN, 1995. p. 311-319. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acessado em 19 dez. 2014.

O patrimônio, em seu sentido mais amplo, é considerado hoje em dia como um conjunto de bens materiais e imateriais, herdados de nossos antepassados, que foram transmitidos aos descendentes. Consideramos patrimônio cultural o conjunto de objetos materiais e imateriais, passados e presentes, que definem um povo: língua, literatura, música, tradições, artesanatos, belas artes, dança, gastronomia, indumentária, manifestações religiosas e, também, a história e seus restos materiais, quer dizer, o patrimônio histórico, que são destacados por diferentes razões e ganham um status diferenciado dentro das sociedades.

Ao longo de décadas, as definições em torno do patrimônio cultural, seus significados e suas razões se transformaram consideravelmente. Hoje, algumas abordagens mais contemporâneas e que pretendem ser mais complexas, identificam o território como um ponto de encontro do homem com seu patrimônio. Para essas abordagens, sem uma valorização cultural do território que ponha em evidência as singularidades de seus recursos e estimule a confiança da comunidade em si mesma e em sua capacidade criativa, é difícil que um lugar inicie seu desenvolvimento econômico. Portanto, o patrimônio é o resultado da dialética entre o homem e o meio, entre a comunidade e o território. Termos como território, desenvolvimento sustentável, identidade e cidadania recentemente passaram a constituir elementos centrais dos discursos patrimoniais. Nesse sentido, o patrimônio não está só constituído por aqueles objetos do passado que contam com um reconhecimento oficial, senão por aqueles que nos remetem à nossa identidade. O conceito integral de patrimônio tem como dimensão a globalização do território e seus habitantes e como objetivo último, a qualidade de vida como consequência do desenvolvimento econômico e social sustentável: sua metodologia é a gestão integral dos recursos patrimoniais a partir de estratégias territoriais.

Como se chegou a essa definição? Ao longo do tempo, houve várias mudanças que permitiram a elaboração do atual conceito de patrimônio cultural: a formulação dos conceitos de monumento, patrimônio histórico ou bem cultural não se cristalizou até o século XIX e, mesmo após esse período, vem sofrendo alterações significativas.

A partir do século XIX, passou a considerar-se o monumento nacional como o elemento básico que integraria o patrimônio como herança em comum, baseado no valor de antiguidade, acima inclusive do valor artístico. Essa concepção fica evidente na obra de Alois Riegl (1858-1905), *O Culto Moderno aos Monumentos* (1987). Riegl parte de uma dupla observação de monumento: subjetiva, determinada pela percepção do observador faz do monumento, e objetiva, determinada por sua condição de objeto dotado de história.

Conforme o autor, a consciência de que os monumentos são uma herança comum, uma propriedade coletiva, e de seu valor histórico os converte em elementos que se identificam com o ser de um povo. Os nacionalismos europeus do século XIX, portanto, viram nos monumentos os testemunhos das virtudes e da identidade dos povos, e por isso os monumentos foram definidos como monumentos nacionais. Porém, a plena consciência de monumento histórico se relaciona fundamentalmente à França, onde o Ministro do Interior, Guizot, cria em 1830 a figura do “Inspetor de Monumentos Históricos”. Em seguida, são criados, em 1834, a Sociedade para a Conservação de Monumentos Históricos e, em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos,

encarregadas de sua tutela.

O Estado, assim, assume a tutela do patrimônio como bem coletivo, e aumentam os grandes museus nacionais, que ampliam então o conceito de arte e patrimônio, passando a contemplar as artes aplicadas, decorativas ou industriais, que contavam com defensores destacados, como John Ruskin³. Passa-se também a valorizar a antes desprezada arte medieval, devido fundamentalmente ao movimento romântico, definindo os estilos Romântico e Gótico. De fato, os edifícios desses estilos, principalmente o Gótico, passam a integrar o patrimônio coletivo ou convertem-se em monumentos nacionais, como é o caso da Catedral de Colônia e da Notre Dame, de Paris, entre outros.

Esse patrimônio de todos deveria ser preservado. Para isso, foi necessário estabelecer limites físicos e conceituais, regras e leis: “foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado Nacional que veio assegurar, através das práticas específicas, a sua preservação” (FONSECA, 1997, p. 28). Segundo a pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca (1997), essa é uma prática característica de Estados Modernos, que, por meio de determinados agentes e intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Outra autora, Márcia Chuva, destaca a grande proximidade entre o projeto de construção da Nação e o que ela chama de *patrimonialização*:

Essas práticas de atribuição de valor e significados a bens materiais tomaram novas proporções no século XIX, quando a construção de um patrimônio foi articulada à formação dos Estados nacionais. Desse modo, constituiu-se, em diferentes países, um sentimento de pertencimento ao grupo-nação, no qual todos se identificariam a partir de referências, ícones ou marcas aos quais eram atribuídos valores. (CHUVA, 2011, p.37).

“O patrimônio” no Brasil surge nesse contexto. A atuação do Estado brasileiro na proteção do patrimônio cultural registra alguns momentos distintos nessa praxis preservacionista. Em um primeiro momento, prevaleceu o valor artístico; em outro, o valor histórico; em outro, o valor histórico como valor de *documento*.

Criado em 1937, pelo Decreto-Lei nº 25, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inicialmente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), prestava, como definiam seus primeiros diretores, um serviço à nação na preservação do patrimônio. As abordagens, recortes e olhares sobre o patrimônio do Brasil foram definidos por muito tempo pelo grupo à frente do Sphan na época e devem, portanto, ser analisadas conjuntamente, buscando não excluir outros institutos de memória criados pelo Estado Novo com esse mesmo propósito.

Para a compreensão do processo de construção e conceituação das práticas preservacionistas orientamo-nos pela divisão da história institucional do Iphan realizada por Fonseca (1997), já tornada clássica, e que enfoca dois momentos-chave na história da repartição: *a fase heroica*, que abrange as três décadas seguintes à criação do Sphan, e a *fase moderna*, que se inicia na década de 1970. Ao destacar essas duas fases cronológicas, Fonseca constrói sua análise institucional ao redor das gestões

3. John Ruskin (Londres, 8 de fevereiro de 1819 – 20 de janeiro de 1900) foi um escritor mais lembrado por seu trabalho como crítico de arte e crítico social britânico. Foi também poeta e desenhista. Os ensaios de Ruskin sobre arte e arquitetura foram extremamente influentes na era Vitoriana, repercutindo até hoje. Fonte: Wikipédia

de dois diretores: Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor-fundador do Sphan, no período de 1937 a 1967, e de Aloísio Magalhães, diretor-fundador do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e diretor da Fundação Pró-Memória. Trata-se de uma leitura consagrada da história institucional, hoje já criticada e relativizada por alguns autores, mas que ainda desempenha um papel importante nas narrativas das políticas de patrimônio no Brasil.

Na chamada fase heroica, a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade se destaca. Eleito para ser o primeiro diretor do órgão recém-fundado, Andrade em muito contribuiu para manter na linha de frente da temática patrimonial determinada concepção de patrimônio cujas ideias mantinham estreitas relações com o Movimento Modernista.

O papel desse movimento na institucionalização da política de preservação é primordial. Segundo Mariza Veloso Motta Santos (1996), a *Academia Sphan* era um local de discussão sobre o que se constituía como sendo o “conjunto de bens representativos de uma nação”. A ideia de uma nação brasileira era então compartilhada e estruturada por intelectuais e artistas, que, reunidos sob tutela estatal, mantinham convicções bastante claras a respeito das variações de “passado”, “identidade” e “diversidade”, os quais eram entendidos como produtos da certeza de que, além de uma existência “evidente” e “óbvia”, essas entidades seriam passíveis de resgate.

Segundo Silvana Rubinho (1996), os primeiros registros no *Livro de Tombo*⁴ apresentavam uma perspectiva predominante estética, além de estarem concentrados em um restrito tempo-história, voltados a fatos e personagens memoráveis. Durante os primeiros trinta anos da instituição, portanto, a atuação do Iphan foi orientada por uma maioria de profissionais ligados ao Movimento Modernista e que viam, na arte e na arquitetura colonial, a expressão de uma verdadeira “identidade nacional” (MOTTA; SILVA, 1998).

O interesse por Minas Gerais⁵ deve-se ao fato de o estado ser uma região onde se concentrava uma grande quantidade de obras arquitetônicas do barroco brasileiro, considerado o símbolo da “redescoberta” do Brasil pelos modernistas. Segundo Gonçalves (2002), de 1937 a 1979, a maioria das obras consideradas patrimônio cultural era representante do barroco e, em 1982, 70% do patrimônio cultural brasileiro estava localizado em Minas Gerais. “Nesse sentido, a assim chamada preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente”, afirma Antônio Augusto Arantes em *Produzindo o Passado* (1984).

O interesse pelo barroco mineiro como símbolo de brasilidade pode ser entendido como uma invenção de tradição, que no discurso de continuidade tenta estabelecer um vínculo com determinado passado histórico:

[...]por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza

4. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde sua criação, em 1937, trabalha com um universo diversificado de bens culturais, classificados segundo sua natureza em quatro livros: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro do Tombo Histórico; 3) Livro do Tombo das Belas Artes; e 4) Livro das Artes Aplicadas.

5. As primeiras cidades tombadas pelo Iphan, em 1938, foram cidades localizadas em Minas Gerais: Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Diamantina, São João del-Rey e Serro.

ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição [...]. (HOBSBAWM; RANGER, 2012, p.7)

Como uma das principais figuras do Modernismo, Mário de Andrade se destaca. Em 1924, viaja a Minas Gerais na “Viagem de descoberta do Brasil”. Em 1927, 1928 e 1929, percorre o Norte e o Nordeste do país em suas “Viagens Etnográficas”. E, ao ir ao encontro do “Brasil autêntico, dos lugares de memória nacional”, começa a inventariar o patrimônio cultural brasileiro (NOGUEIRA, 2005).

Para Mário, o Brasil se tornaria civilizado quanto mais se afastasse da imitação do modelo europeu, principalmente francês, e criasse sua própria identidade, estabelecesse seus ideais. Dessa maneira, seu olhar se volta para o interior do país, menos ou nada contaminado pelo espírito da *Belle Époque*. Nos registros de sua viagem por Minas Gerais, o poeta expressa a preocupação de preservar aquela arquitetura do século XVIII, em grande parte religiosa católica. E, ao não reconhecer na população das pequenas cidades visitadas condições para identificar e dialogar com esse patrimônio descoberto, reafirma o papel dos intelectuais modernistas na tarefa de guarda da memória nacional (NOGUEIRA, 2005).

O desprezo do Sphan pela arquitetura que não se enquadrava em seus moldes de qualidade estética é visível por meio da quantificação dos tombamentos por estilo arquitetônico. Conforme dados apresentados por Fonseca (2005), dos tombamentos realizados até o fim da fase heroica do Sphan (1937-1967), o barroco era o estilo mais valorizado, seguido pelo neoclássico. A arquitetura moderna teve seu primeiro exemplar tombado em 1947: a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, em Belo Horizonte (MG). Na sequência, seriam tombados o prédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1948; a estação de hidroaviões do Rio de Janeiro, em 1957; e a Catedral de Brasília, em 1967. Já o estilo eclético, apesar de sua importância histórica como estilo característico da Primeira República, só tivera, até então, três imóveis tombados e, ainda assim, exclusivamente por seu valor histórico, são eles: “Casas à Rua das Palmeiras, nº 35 e de nº 55” (Rio de Janeiro, RJ - número da inscrição no Livro Tombo 392, 393) e a “Casa à Rua Sorocaba, nº 200” (Rio de Janeiro/RJ – atual Museu Villa – Lobos, nº de inscrição 394).

Por outro lado, ainda segundo Fonseca (2005), se, na fase heroica do Sphan, o reconhecimento do valor artístico do bem era quase condição *sine qua non* para seu tombamento – recorrendo-se ao valor histórico apenas para o tombamento de bens que, não possuindo qualidade estética (nos moldes definidos pelos técnicos do Sphan), se enquadravam no Decreto-lei nº 25 –, a partir dos anos 1970 a perspectiva histórica, ampliada, levaria a uma redefinição dos valores artísticos. Segundo a autora, no final da década de 1970 a percepção que as instâncias técnicas do Iphan tinham do valor artístico dos monumentos era conduzida com base em uma concepção não canônica da história da arte.

Nos anos 1970, a prioridade das inscrições de *pedra e cal* passa a sofrer diversas críticas, obrigando o Iphan a uma renovação do seu conceito de patrimônio, dando início ao que se habituou chamar de *fase moderna*. A figura de Aloísio Magalhães surge nesse contexto, modificando aos poucos toda uma lógica de pensamento. Segundo Letícia Bauer (2006),

se, na prática, a arquitetura ocupa lugar de destaque nos quadros de bens tombados pelo Instituto, é fato que as discussões sobre as escolhas e relação com as comunidades envolvidas na preservação, foram ocupando importante lugar na pauta do Iphan (p.38).

Aloísio Magalhães procurou implementar, entre 1979 e 1983, uma nova política de patrimônio cultural brasileiro, usando um viés mais antropológico e procurando dar visibilidade à diversidade cultural do Brasil, que ele considerava portadora de uma rica singularidade. A noção de bens culturais por ele adotada enfatizava uma referência ao passado, reinterpretada com olhos no futuro e estabelecendo vínculos com as populações locais do presente.

Paralelamente às novas propostas do conceito de patrimônio, ocorria a inserção de novos atores na área da preservação cultural. O primeiro “Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais”, promovido em 1970 pelo Ministério da Educação e Cultura, deu início ao processo de descentralização das ações de preservação, resultando na criação de diversos órgãos estaduais de patrimônio (MOTTA; SILVA, 1998). Essa ação tinha como objetivo estudar um meio de complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, até o momento realizada apenas pelo Iphan. Nessa oportunidade, foram assinados o “Compromisso de Brasília” e o “Compromisso de Salvador”.

É nesse momento que começam a ser criados os primeiros órgãos estaduais de preservação na região Sudeste, como o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (Inepac), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (Condephatt) e a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo (Secult).⁶ Dessa forma, inserem-se novos agentes do patrimônio e se estabelecem caminhos de atuação dos governos estaduais nas tarefas de preservação, flexibilizando e/ou ampliando critérios de valorização e seleção dos bens culturais, pois, como já denunciava Luís Saia em 1944 (SAIA, 1944), existiam conjuntos arquitetônicos complexos e bastantes definidos resultantes de outros ciclos econômicos que mereceriam ser preservados e estavam sendo ignorados pelo Iphan.

Com a entrada de novos atores nesse cenário, a atribuição de valores se torna mais complexa, provocando reflexões por parte dos próprios agentes dos órgãos de preservação a respeito de seus pareceres técnicos e de suas análises valorativas. Segundo Fonseca (1997), os critérios de atribuição de valor apoiados na autoridade de quem os formulava começaram a ser questionados na década de 1970, sendo um marco, nesse sentido, o processo de tombamento da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro⁷.

6. O acervo pode ser consultado na página da internet dos órgãos estaduais, a saber: <http://www.inepac.rj.gov.br/>, <http://www.iepha.mg.gov.br/>, <http://www.condephaat.sp.gov.br/> e <http://www.secult.es.gov.br>

7. Embora já se contasse, na década de 1960, com o tombamento de algumas edificações ecléticas, os mesmos tinham ocorrido pelo reconhecimento do valor histórico das edificações, ao passo que os prédios da Avenida Rio Branco foram inscritos no Livro de Belas Artes (LBA). No processo de tombamento do conjunto da Avenida Rio Branco, ficou evidente o confronto entre critérios distintos de valoração dentro dos quadros técnicos do Iphan. Relator do processo no Conselho Consultivo, o arquiteto Paulo Santos, por reconhecer o valor próprio de cada estilo de época, defendeu o tombamento de monumentos em estilo eclético e afirmou seu incontestável valor histórico, entrando em confronto com a autoridade de Lúcio Costa e com a tradição da casa.

Na fase moderna, as perspectivas históricas começaram a ganhar mais espaço nas análises valorativas dos bens culturais. Alguns bens, antes valorizados exclusivamente do ponto de vista artístico, passaram a ser olhados também como *documentos* de uma determinada fase do desenvolvimento das cidades, do universo histórico e social, caracterizando-se como documentos a serem analisados e interpretados, em relação aos quais o enfoque deveria se dar não apenas na parte tangível, mas também no cotidiano, nas relações e em todo o universo intangível que a eles dá vida. Além disso, com a descentralização das práticas preservacionistas e a abertura para a possibilidade de tombamentos estaduais e municipais, começou a ficar mais difusa a definição do que seria um bem de valor nacional.

Na tendência atual, procura-se seguir o conceito mais abrangente de Patrimônio Cultural, abarcando o conceito de paisagem cultural como valor do instituto do tombamento. Tal noção, empreendida com a promulgação da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, busca agregar os valores de conjunto – urbano, rural, natural, imaterial – e outras multiplicidades de valores a serem destacados. Tais associações, até então inéditas no campo de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, foram possíveis por intermédio do encontro da História e da Arquitetura com a Antropologia, a Sociologia, a Geografia e a Ciência Política, que proporcionaram um diálogo entre as áreas de conhecimento, que reivindicavam seus lugares, convocando teorias e métodos próprios diante das questões relativas ao patrimônio, trazendo inúmeras contribuições para o entendimento das práticas de patrimonialização de bens culturais nacionais.

Como vimos, os debates sobre preservação sofreram algumas transformações, influenciadas por mudanças sociais, políticas e culturais e por novas tendências internacionais a respeito do tema, que transformaram a noção de patrimônio de modo a inserir os bens patrimoniais num debate mais amplo acerca do significado econômico, político e social da preservação. A próxima seção deste capítulo será dedicada a discutir como os bens culturais do Espírito Santo foram estudados e inseridos nas políticas nacionais de preservação do Patrimônio Cultural.

Pesquisa e ação do Iphan no Espírito Santo

Toda essa estrutura de institucionalização do patrimônio cultural teve sua trajetória particular no Espírito Santo. Por meio das fontes consultadas, o primeiro interlocutor de Rodrigo Melo Franco de Andrade no Espírito Santo foi André Carloni, construtor italiano que viveu praticamente toda sua vida em Vitória, tendo realizado diversos trabalhos no Estado, com destaque para a ampliação da Igreja do Carmo, a construção da antiga Assembleia, do Colégio Pedro II, da Santa Casa da Misericórdia, da Catedral Metropolitana e do Teatro Carlos Gomes. Sua correspondência com Rodrigo Melo teve uma frequência considerável e permite algumas inferências acerca da organização do Sphan na região Sudeste, em particular no estado espírito-santense⁸.

André Carloni foi peça fundamental na escolha dos bens a serem tombados no Espírito Santo. Nomeado “observador do patrimônio”, os bens por ele indicados e selecionados pelo diretor do Sphan integraram o primeiro grupo de bens protegidos pelo Decreto-lei 25, em 1938. É dele a seleção que resultou na lista dos bens que chegaram às

8. Cartas e telegramas trocados entre Rodrigo M. F. Andrade e André Carloni podem ser consultados no arquivo da Superintendência do Iphan em Vitória/ES.

mãos de Rodrigo para apreciação e decisão pelo tombamento no Espírito Santo. Apesar disso, sua presença na ação de preservação do lphan ainda é muito pouco mencionada em relação ao peso de sua atuação.

O diálogo de Rodrigo Melo com André Carloni teve início na década de 1940, quando o diretor do Sphan iniciou suas tratativas para que o construtor italiano assumisse a representação do distrito do Espírito Santo.⁹ Nesse período, por todo o Brasil foram realizados levantamentos para selecionar bens que deveriam ser protegidos por meio de tombamentos de forma imediata. Já em 1938 foram feitas 235 inscrições – incluindo inúmeros bens, inclusive seis cidades - nos Livros do Tombo do IPHAN. Na pesquisa realizada no Arquivo Noronha Santos, que guarda a maior parte da documentação do lphan referente a essa época, foi possível perceber que Rodrigo correspondia-se com inúmeras pessoas de todo o país ao mesmo tempo e com semelhante dedicação. Suas correspondências são detalhadas, frequentes e sempre interessadas no trabalho que cada um de seus representantes estava realizando nas localidades privilegiadas pela ação do Sphan. No Espírito Santo, André Carloni trabalhou durante 22 anos, enviando para Rodrigo Melo fotografias, relatórios e inventários dos bens espírito-santenses de possível interesse para o lphan¹⁰.

Sua escolha, no entanto, é um tanto paradoxal, como afirma Renata Salvalaio (2008), uma vez que vai de encontro com a forma de atuação do órgão naquele momento: “já foi visto anteriormente que o quadro de funcionários do Sphan era formado predominantemente por arquitetos, em sua maioria defensores da arquitetura moderna. Como explicar a nomeação de um não-arquiteto para a proteção dos monumentos no Espírito Santo?” questiona a autora.

Suas funções enquanto representante, no entanto, foram claramente definidas pela Diretoria do órgão:

- a) assegurar proteção eficaz aos monumentos tombados no território espírito-santense, quer no tocante à conservação cuidadosa de sua integridade e suas características, quer no sentido de lhes preservar a ambientação adequada e impedir a intrusão de novas construções volumosas ou impróprias na respectiva vizinhança;
- b) despachar ou encaminhar a esta Diretoria, conforme circunstâncias, requerimentos de obras de qualquer natureza nos mencionados monumentos e em suas imediações;
- c) propor, com fundamentação suficiente, o tombamento de bens móveis e imóveis cuja conservação lhe parecer de interesse público na área desse estado;
- d) prestar assistência aos museus de arte e de história existentes no Espírito Santo;
- e) inspecionar periodicamente os bens Tombados;

9. Durante seus primeiros anos de existência, a sede do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional funcionou no Rio de Janeiro, sendo em Brasília a sede central atualmente - a sede do SPHAN continuou no Rio de Janeiro até ser transferida, na década de 1990, para Brasília. Posteriormente foram criadas representações regionais através de distritos, com jurisdição sobre vários estados. Nas regiões que não contavam com a supervisão de nenhum distrito foi fundamental o trabalho de agentes locais, muitas vezes recrutados por funcionários do próprio SPHAN.

10. Parte da correspondência de André Carloni com Rodrigo Melo Franco de Andrade encontra-se arquivada na Superintendência do lphan em Vitória/ES

f) tratar com autoridades federais, estaduais e municipais dos assuntos de interesse dessa repartição (SALVALAIO, 2008, p. 58)".

No Espírito Santo, a prioridade da atuação do Iphan, de maneira geral, é marcada por três fases: a primeira, dos tombamentos, entre os anos de 1940 e 1970, quando foram identificados e protegidos os bens coloniais de valor cultural e histórico; a segunda fase, entre 1980 e 2002, em que foram realizadas grandes intervenções de conservação e restauração, assim como o Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, uma das mais importantes referências culturais do Espírito Santo; e, finalmente, com a criação da Superintendência, em 2004, uma fase em que se assinalava a vontade de ampliação do acervo tombado e de aprofundamento das formas de apropriação social e econômica dos bens culturais.

Entre 1940 e 1965, na primeira fase com Carloni à frente das ações do Iphan no Espírito Santo, as escolhas seguiram uma tendência nacional, buscando-se, através da seleção de bens, construir o universo simbólico do patrimônio cultural nacional. Ao longo desses 25 anos foram tombados apenas quatro edifícios, todos exemplares da arquitetura luso-brasileira do período colonial, sendo um de arquitetura civil e três de arquitetura religiosa. A predominância das inscrições no Livro do Tombo de Belas Artes, atestando a prevalência da perspectiva artística sobre a histórica, foi mantida: apenas a Igreja do Rosário foi inscrita também no Livro do Tombo Histórico. Os bens imóveis também foram privilegiados em relação aos móveis, que continuavam relegados à proteção da igreja.

Um dado fundamental, que não foi encontrado em nossas pesquisas, refere-se ao material sobre a justificativa do tombamento da Chácara Solar do Barão de Monjardim, que fugia, na medida do possível, à regra proposta pela Academia Sphan naquelas décadas iniciais. A política de preservação federal no Espírito Santo foi inaugurada com o tombamento da Chácara Solar do Barão de Monjardim, em 1940, inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes. O casarão, que hoje abriga o Museu Solar Monjardim, administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), teve sua construção iniciada na década de 1780 e foi sede da antiga Fazenda Jucutuquara, implantado no Morro de mesmo nome, que abrigava inúmeros bairros da região do maciço central da ilha de Vitória:

Erguida na passagem do século XVIII para o século XIX pelo então capitão-mor da vila de Vitória, Francisco Pinto Homem de Azevedo, a casa-sede da Fazenda Jucutuquara é o único exemplar da arquitetura rural do período da Colônia remanescente no Espírito Santo. Situada à margem da estrada que ligava a sede da província à vila da Serra, ao norte, sobre um rochedo nu, arredondado no topo e cilíndrico, a fazenda era um importante ponto de referência para viajantes (SECULT, 2008, p.538).

No século XIX, Jucutuquara foi uma fazenda de café do Barão de Monjardim, herdeiro do capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo. Já vimos que os

11. Segundo Renata Salvalaio, foi encontrado no arquivo da 21ª Superintendência Regional do Iphan, em Vitória, um ofício enviado por Rodrigo Melo Franco de Andrade a André Carloni, no qual estavam relacionadas suas atribuições, conforme a citação apresentada. Devido ao estado do documento, não foi possível estabelecer seu número ou data. Ofício semelhante foi enviado à Christiano Woeffel (substituto de Carloni no cargo) em 04 de outubro de 1965 (Ofício nº. 265/65).

monumentos do período colonial foram os primeiros bens a serem tombados, constituindo a maior parte dos monumentos inscritos nos Livros de Tombo. A prioridade foi dada aos remanescentes coloniais ameaçados pelo processo de urbanização, como as cidades dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. As fazendas, que geravam grande parte da riqueza que ia para as cidades, não aparecem com tanta importância ao longo desse processo.

No entanto, a discussão sobre o patrimônio rural esteve presente no Iphan desde o momento de sua criação. Podemos perceber que os estudos publicados na revista do órgão acabavam por influenciar o que deveria ser tombado ou não. Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e diretor do Iphan, em artigo intitulado “Arquitetura Brasileira do Ciclo do Café; Fazenda do Resgate, no Vale do Paraíba”, publicado em 1955 no terceiro número da *Revista Módulo*, afirmava que o estudo sobre a arquitetura do período cafeeiro deveria seguir outras orientações:

O estudo de nossos monumentos seria muito incompleto e superficial se limitado às áreas urbanas, tornando-se extraordinariamente mais rico e elucidativo para o conhecimento de nossas origens desde que compreenda os domínios rurais. Cômicos desse fato, os interessados por tal estudo não descuidaram dos remanescentes prestigiosos dos antigos estabelecimentos agrícolas no Brasil. [...] Quase todos, porém, correspondem ao período designado como o ciclo da cana de açúcar, poucos sendo os que se podem considerar expressões do ciclo pastoril ou do couro, assim como do ciclo do café (ANDRADE, 1987, p. 326).

Apesar da opinião marcante de Rodrigo Melo Franco, poucas fazendas rurais foram tombadas. Em 1939, o Iphan tombou o núcleo urbano de São João Marcos, no estado do Rio de Janeiro, uma das mais importantes cidades no processo econômico do café, mas logo em seguida voltou atrás, “destombando-o” em 1940, em razão da inundação pela represa construída pela Light.¹² Anterior até ao Decreto nº 3.866, que dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é de 29 de novembro de 1941. Em 1947 é também tombada a casa da Fazenda do Capão do Bispo,¹³ edificada no final do século XVIII, que pertenceu ao primeiro bispo do Rio de Janeiro. O tombamento privilegiou a sede da propriedade rural, considerada um dos principais núcleos disseminadores de mudas de café rumo ao interior.

A Fazenda Jucutuquara, em Vitória, possui algumas características que valem a pena descrever. Sua arquitetura revela aspectos do modo de vida de uma família

12. OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. O processo de regeneração cultural de São João Marcos. IN: V FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 5, 2011, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads> Acesso em 22 dez. 2014. São João Marcos foi a primeira cidade tombada pelo SPHAN em 1939. Seu destombamento realizado em 1940 pelo Governo Vargas através do decreto-lei nº 2.269 que consentiu para a Light o direito de construir uma represa em Lajes, para o aumento da distribuição de energia elétrica para o Rio de Janeiro, o que levaria a possível inundação de São João Marcos representa um marco na história do patrimônio cultural. MELO, Leda. Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento. IN: XIV Encontro Regional da ANPUH – Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais> Acesso em 22 Dez, 2014.

13. Bem/Inscrição: Casa da Fazenda do Capão do Bispo. Nome atribuído: Fazenda do Capão do Bispo: casa. Nº Processo: 0367-T-47. Livro Belas Artes. Nº inscr.: 311; Vol. 1; F. 065; Data: 30/08/1947

abastada, características das casas rurais mineiras, com entrada principal, extensa varanda fechada, capela, quartos de hóspedes, escritório, sala de visitas, sala de jantar, dormitórios, cozinha e porão. Ela mantém sua estrutura original, em pedra argamassada e paredes de pau-a-pique, com portas, janelas, pisos e forros em tábuas de madeira. Segundo documentação do Arquivo Central do Iphan, o imóvel possui as seguintes características:

O partido arquitetônico adotado apresenta planta retangular em dois pavimentos e camarilha, coberta por um telhado de quatro águas, de telhas de barro canal em capa e bica, com beiral encachorrado. A cobertura da camarilha acompanha o desenho do telhado do corpo principal da casa, em quatro águas. No pavimento superior os vãos se abrem para uma nobre varanda que serve de ligação entre os diversos compartimentos da casa, que são acessados por janelas rasgadas protegidas por guarda corpo de madeira com balaústres se (sic) tábuas recortadas. A implantação do edifício faz surgir um porão que segundo fontes secundárias servia para a acomodação de escravos. Todos os vãos do edifício possuem quadros em madeira com vergas em arco abatido e tampos das esquadrias em madeira, tipo calha, com tábuas sobrepostas, caracterizando o sistema construtivo adotado na arquitetura colonial encontrada também em outras regiões brasileiras. (IPHAN, 2014)¹⁴

Figura 1: Museu Solar Monjardim



Fonte: SECULT, 2009, p.538.

Figura 2: Capela do Solar Monjardim



Fonte: SECULT, 2009, p.540.

14. Os dados dos bens tombados podem ser consultados no site do Iphan, na seção relativa ao Arquivo Noronha Santos. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans/>.

Figura 3: Visão externa do Solar Monjardim



Fonte: SECULT, 2009, p. 543.

Figura 4: Varanda do Solar Monjardim



Fonte: SECULT, 2009, p.541.

Como dito anteriormente, os motivos que justificam ter sido este o primeiro bem a ser tombado não são bastante claros; porém algumas respostas são comumente aceitas pela bibliografia consultada.

A primeira tem relação com os remanescentes do período colonial existentes no estado que estavam na eminência da perda. É indubitável que os trabalhos de melhorias urbanas realizadas durante o governo de Jeronymo de Souza Monteiro (1908-1912) representaram um marco no que diz respeito aos valores preconizados pela *Béle Époque* e à necessidade de construção de uma capital mais acessível internamente, embora, para isso, tenha se optado pela demolição e substituição de casarios construídos no período colonial. Apesar de, na época, alguns opinarem contra tal procedimento, Adriana Lucena (2007, p.16) descreve a opinião favorável da maior parte população, que “via com bons olhos os novos signos do progresso”:

[...] Dentro em pouco, Victoria será uma cidade formosa e confortável, reformada de acordo com os mais modernos princípios de tecnica e esthetica urbana em voga nas grandes capitaes do mundo. Será um ponto magnifico de atracção turistica pela beleza de suas paragens e conforto de

suas novas edificações. Sob esse aspecto, dada a facilidade de comunicações com a capital da República, Victoria será, com efeito um ponto encantador pra a visita dos estrangeiros que aqui vêm, à procura de sensações novas [...] O progresso urbano de Victoria tem sido muito rápido. Agora mesmo, acha-se em via de conclusão um bello arranha-céu, onde será installado um moderno e confortavel hotel, além de um luxuoso cinematographo, localizado no andar terreo. [...] (LUCENA, 2007, p.11).

Quando elementos do período colonial passaram a ser valorados como símbolos da nacionalidade brasileira e do surgimento do mito da nação, o estado do Espírito Santo contava com poucos exemplares dessa busca histórica. Com base nisso justificou-se o primeiro tombamento no estado, do já mencionado Solar Monjardim, e o dos antigos sobrados de Vitória (números 197 e 203/205) que, tombados pelo Iphan em 1967, são os únicos remanescentes da arquitetura colonial civil em Vitória.

O segundo motivo, que se relaciona diretamente com o anterior, diz respeito às ameaças de desconfiguração constantes na estrutura do conjunto. Apesar da anuência ao processo, dada em outubro de 1944, os proprietários passaram a criar uma série de obstáculos para a manutenção do edifício, alegando principalmente falta de verba (SALVALAIO, 2008). Frente à ameaça de abandono em que se encontrava o imóvel, o Governo do Estado arrendou o edifício em julho de 1944, nele instalando o Museu do Capixaba. O arrendamento foi sucessivamente prorrogado até a década de 1960, quando o proprietário loteou o terreno e passou a vendê-lo, comprometendo o aspecto paisagístico da área preservada. Em 1965, o então reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Fernando Duarte Rabelo, pediu ao ministro da educação e cultura que declarasse a propriedade de utilidade pública, em favor da universidade, o que de fato aconteceu com o Decreto nº. 56.460, de 14 de junho de 1965, que transferiu a propriedade do Sr. Manoel Freitas Calazans para aquela instituição.

Após a aposentadoria de Carloni, na década de 1960, instalou-se o Escritório Técnico *do Espírito Santo, vinculado à 6ª Diretoria Regional, no Rio de Janeiro, chefiado* sucessivamente por professores do Centro de Artes da UFES até 1990, quando foi transformado em sub-regional, com quadro técnico próprio, ainda subordinado à administração do Rio.

Mais recentemente, em 2002, como exemplo da nova diretriz assumida pela instituição, que tem como objetivo contemplar a pluralidade cultural brasileira expressa em sua dimensão especificamente imaterial foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes o Ofício das Paineiras de Goiabeiras, o qual se encontra hoje em processo de salvaguarda¹⁵.

O Registro das Paineiras de Goiabeiras inaugurou a proteção dos patrimônios imateriais pelo Iphan. Na sequência, em 2005, o Jongo do Sudeste, outro bem desta categoria, fortemente ligado às fazendas cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, também foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro.

O Jongo, que sempre se situou em uma dimensão marginal na qual os negros falam de si e de sua comunidade através da crônica e da linguagem cifrada, é também conhecido pelos nomes de tambu, batuque, tambor e caxambu, dependendo da comunidade que o pratica. Ele integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia, sendo praticado tanto nos quintais das periferias urbanas quanto em algumas comunidades 15. Registro, instrumento de proteção do patrimônio cultural instituído pelo Decreto 3551, de 04 de Agosto de 2000.

rurais do Sudeste brasileiro, em eventos como as festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras, as festas juninas, as festas do Divino e as comemorações da abolição da escravidão do dia 13 de maio.

O conhecimento dos grupos de Jongo do Espírito Santo e o desenvolvimento de sua salvaguarda têm sido uma das prioridades do Iphan, tanto da administração central, localizada em Brasília/DF, quanto da representação estadual do Iphan no ES.

Para concluir, é importante realizarmos uma síntese das transformações que o conceito e as práticas de patrimônio sofreram ao longo do tempo. Em 1938 os modernistas, através da sua atuação no Sphan, iniciaram sua obra de construção do patrimônio histórico e artístico nacional. Neste mesmo ano seis cidades mineiras foram inteiramente inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Tiradentes, São João Del Rei e Serro. A escolha dessas cidades se deu ao fato de que, para os modernistas, Minas Gerais era o berço de uma cultura, a seu ver, genuinamente brasileira, representado pelo estilo artístico do barroco. Nesta fase, como denominou Sant'Anna (1995), prevalecia a concepção de cidade como monumento, ou seja, como uma obra de arte cujos valores eram intrínsecos ao objeto e ao qual não caberia mudanças.

Situação que mudou na década de 70 com a entrada dos agentes de preservação estaduais que deflagrou em uma avaliação crítica dos critérios de seleção adotados pelo Iphan, decorrência também de uma nova gerência do Iphan. Segundo Fonseca (2005), somente a partir de meados da década de 70 os critérios adotados de seleção pelo IPHAN começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas que levaram a proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais, onde foi introduzida no vocabulário das políticas culturais a noção de “referência cultural”. Passaram a pôr em destaque a dimensão social e política da ação de seleção dos bens a serem preservados, relativizando a atividade como meramente técnica. Nesta nova perspectiva “a matriz dos sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais”.

Nos anos 80 inicia-se o período que Sant'Anna (1995) denominou de cidade-documento, onde identificou um redimensionamento ou uma reelaboração do conceito de centro histórico, que propiciou o tombamento de áreas consideradas sem interesse artístico, incluindo no rol do patrimônio bens ligados ao cotidiano das populações, e áreas representativas de determinados períodos de evolução da cidade (p.226), nesse período foram protegidas cidades representativas da ocupação do território e da imigração europeia da virada do século.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Patrimônio Material do IPHAN – DEPAM, a partir de 2006 a política institucional do órgão na proteção de cidades históricas - em consequência deste processo de novas atribuições de valor ao longo da atuação do Iphan - percebeu a falta de relação entre os bens reconhecidos ao longo do território nacional. A partir disso foi introduzida uma unidade temática a partir de inventários de conhecimento, com as linhas temáticas como ciclos econômicos, eventos históricos e ocupação territorial, para assim justificar a importância desses bens num contexto histórico nacional. É nesse contexto que iremos encontrar a cidade de Muqui, como pode ser observado no gráfico fornecido pelo DEPAM:

Figura 5: Cidades históricas prioritárias das ações de preservação do DEPAM



Fonte: DEPAM/lphan

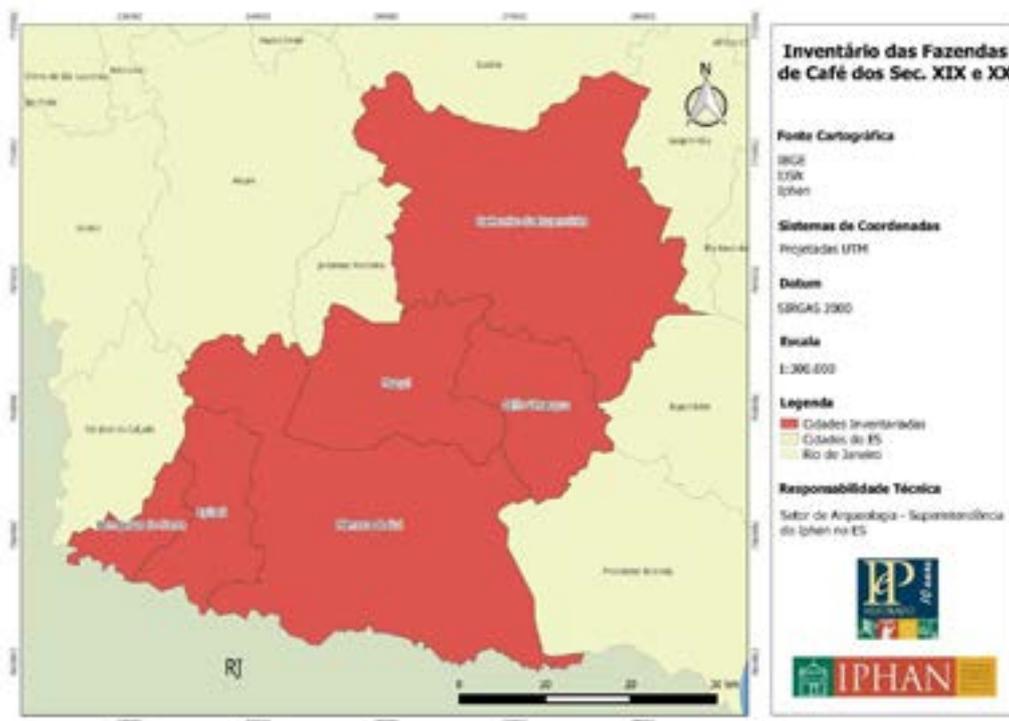
Após um intervalo de quatro anos, em 2011, entrou em atividade no IPHAN/ES uma gestão que buscava colocar em prática uma experiência iniciada pelo lphan no Piauí, e que tinha por objetivos colocar em funcionamento as orientações do DEPAM, ou seja, uma rede de patrimônio cultural no estado, a qual seria formada por núcleos históricos de seu território, articulados entre si e junto aos demais integrantes de uma rede mais ampla do patrimônio cultural brasileiro.

Responsável pelo estudo que resultou no tombamento da cidade de Parnaíba, norte do Piauí, a então Superintendente do IPHAM/PI, Diva Maria Freire Figueiredo, foi convidada pela Superintendente do IPHAM/ES, Carol Abreu, para assumir o seu lugar e a conduzir as ações em andamento no Estado, inclusive as relativas ao caso de Muqui.

Nesse contexto a nova gestão do IPHAN/ES lança, em 2011, o inventário¹⁶ intitulado *Processo Econômico do Café nos séculos XIX e XX*, em consonância com a também nova gestão do DEPAM (Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização), o qual se encontra baseado em eixos temáticos. A partir de um tema de tamanha envergadura, era fundamental um recorte bem definido, e no caso a opção foi pela filiação do documento aos municípios integrantes do *Consórcio dos Vales e do Café*. Foram, pois, ressaltadas na execução do inventário as seguintes cidades: Apiacá, Atilio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro do Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui, além do Conjunto Urbano de São Pedro do Itabapoana.

16. A Metodologia utilizada foi o SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Disponível na sede do lphan no ES.

Figura 6: Localização das seis (6) cidades inventariadas pelo IPHAN/ES



Fonte: Inventário intitulado “Processo Econômico do Café no século XIX e XX” realizado pelo IPHAN/ES, 2011.

O expressivo número de bens inventariados nos municípios contemplados pelo Inventário, pormenorizados em fichas próprias, cujas informações foram coletadas pelos técnicos em trabalho de campo, contribuíram para dimensionar o acervo cultural do estado, além de permitirem o conhecimento do conjunto de bens imóveis do território dessas propriedades rurais, o que tornou mais objetivo o processo de valorização desse patrimônio cultural. Com o inventário e catalogação do patrimônio edificado, foi possível relacionar as fazendas através de seu contexto cultural, buscando uma reflexão sobre a ordenação territorial dessas propriedades com o intuito de reconhecer as transformações agrárias ocorridas nessas terras, que se constituíram como lugares de memória, como patrimônio da memória coletiva de uma comunidade, entre outros aspectos envolvidos na construção do arcabouço conceitual do patrimônio.

Como já observamos, a princípio eram considerados patrimônio cultural os monumentos e, pouco a pouco, passaram a compor esse rol também os conjuntos e sítios com valor histórico, estético, arqueológico, entre outros. No século XX, a noção de patrimônio cultural se estende às outras categorias, passando a incluir o patrimônio natural e, a partir do Decreto 3551/2000, a reflexão sobre o tema tem se concentrado da conceituação de uma nova dimensão do patrimônio, que passou a ser conhecido como patrimônio imaterial e abarca um conjunto de formas de cultura, permitindo – e exigindo, inclusive – novas formas de gestão do patrimônio cultural.

Seguindo essa tendência, desde 2012 o IPHAN/ES realiza também o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul, ambos no sul do Espírito Santo. O projeto básico do INRC tem a intenção de: a) identificar, descrever e caracterizar as referências culturais relevantes dos dois municípios; b) produzir conhecimento sobre diversos domínios da vida social, produtores de sentido e

significado identitário para os municípios de Muqui e Mimoso do Sul; c) mapear as relações entre essas referências culturais, o cotidiano das localidades, e os patrimônios tombados nos municípios abrangidos pelo projeto; d) indicar os aspectos básicos dos processos de formação, produção, reprodução e transmissão das referências culturais identificadas. Enfim, produzir um estudo reunindo e sistematizando as informações disponíveis relativas ao universo cultural de Muqui e Mimoso do Sul, seguindo a metodologia do Iphan.

Com as mudanças sociais advindas da evolução tecnológica e a conseqüente valorização do turismo e do entretenimento, essas cidades vêm trabalhando para desenvolver tais atividades apoiando-se na memória da cafeicultura, expressa em seu patrimônio cultural e arquitetônico. Entende-se, desde a Carta de Quito (ICOMOS, 1967), que esse patrimônio possa ser visto e trabalhado como uma potencialidade ao desenvolvimento econômico e social da comunidade local, procurando relacionar a preservação às atividades turísticas para, daí sim, abrir possibilidades de incorporar o patrimônio como uma ferramenta de inclusão socioespacial e econômica a partir de sua refuncionalização.

Acreditamos que a reflexão a respeito das concepções que basearam a composição da estratégia de preservação do patrimônio cultural do Espírito Santo e que foram adotadas como referência em relação a outros conjuntos urbanos tombados do Brasil, também deve contribuir para compreensão sobre a maneira como foi se desenvolvendo o preservacionismo relacionado a sítios históricos no país, especialmente no que se refere a aproximação do campo do patrimônio com a política econômica voltada para incremento das indústrias do turismo e da cultura e a seu distanciamento da política educacional, onde teve sua origem.

Afinal, é importante que as novas gerações que vão sendo inseridas na prática preservacionista, analisem os critérios e justificativas que vão se desenhando a cada novo programa de intervenção sobre os acervos culturais, confrontando-os com a própria razão preservacionista e avaliando seu significado social e seus efeitos a médio e longo prazo.

Referências

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. A defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Pró-Memória, 1987.
- ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado*. Estratégias para a construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BAUER, Leticia. O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006a.
- CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e interpretações da História. Introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, S.; KISHI, S; SOARES, I. (Org). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

_____. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2005.

GONÇALVES, Reginaldo (2002). A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: edUFRJ/IPHAN.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ICOMOS. Declaração do México (1985). In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Caderno de Documentos, n. 3. Brasília: IPHAN, 1995. p. 311-319. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acesso em 19 dez. 2014.

_____. Carta de Quito (1967). In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Caderno de Documentos, n. 3. Brasília: IPHAN, 1995. p. 311-319. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acesso em 19 dez. 2014

LUCENA, Adriana. Migração italiana no Espírito Santo: ocupação territorial e herança cultural. In: IPHAN. *Patrimônio: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Iphan/COPEDOC, 2007, p.1. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br> Acesso em 05 ago. 2014.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Caracteres y origen. Madrid: Visor Distribuciones, 1987.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 96-105, 1996.

SAIA, Luis. Notas sobre a arquitetura rural do segundo século. In: *Revista do Sphan*, no. 8. Rio de Janeiro: MES, 1944, pp 211-275.

SALVALAIO, Renata Cerqueira de Nascimento. *Política Oficial de Preservação em Vitória: análise de uma trajetória (1990-2000)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2008.

SANT'ANNA, Márcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937- 1990). Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração: Patrimônio e Restauro. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

WIKIPÉDIA. John Ruskin. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Tuskin Acesso em 16 de setembro de 2016.

SECULT. *Arquitetura*. Vitória: Secult, 2009.